



**RESENHA:** COSTA, Marta Nunes da. *Ensaaios no feminino*. São Paulo: Liber Ars, 2017, 94p [ISBN 978-85-9459-033-6].

### **Ensaaios no Feminino**

CAROLINE DE PAULA BUENO<sup>1</sup>;

KIMBERLY DINNEBIER BANDECA<sup>2</sup>;

RAFAELA ORTIZ DE SALLES<sup>3</sup>

Nesses *Ensaaios no feminino*, Marta Nunes da Costa, docente e pesquisadora da UFMS e UNIOESTE, reúne cinco artigos de sua autoria refletindo sobre um tema candente da atualidade: a ausência da mulher na Filosofia. Assim, a autora inicia tais reflexões abordando o tema do feminismo como humanismo, visto que, muitas vezes, os textos filosóficos “são usados como forma de legitimação de instituições racistas e/ou sexistas, e que essa legitimação se assenta numa visão de “natureza humana” específica, onde as mulheres e os não brancos são inferiores” (COSTA, 2017, p. 11-12).

O que Nunes Costa observa é que há uma naturalização das desigualdades, sendo que, desse modo, muitas vezes, não nos damos conta disso. Um exemplo disso está presente na pesquisa trazida no capítulo em que a autora faz um balanço das universidades federais brasileiras apontando o número de mulheres e de homens que lecionam nessas instituições.

Assim, percebemos que o maior número de mulheres filósofas está presente na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) com 32% de mulheres e 68% de

---

<sup>1</sup> Formanda do Curso de Psicologia da PUC-PR e graduanda do Curso de Licenciatura em Filosofia da UNIOESTE. Bolsista do PET/Filosofia. E-mail: carol\_bueno14@hotmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Filosofia da UNIOESTE. Bolsista do PET/Filosofia, com pesquisa individual intitulada "A vida como obra de arte em Nietzsche". Interessa, sobretudo, os estudos vinculados aos termos "dor", "angústia" e "arte" em uma perspectiva que abranja a linha existencial do pensar filosófico enquanto formação vital. E-mail: kimberlybandeca@hotmail.com.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Filosofia da UNIOESTE. Bolsista do PIBID de julho de 2016 a fevereiro de 2018. Membro do CAFIL. Atualmente é bolsista do PET/Filosofia. E-mail: rafasalles@hotmail.com.

homens. Já a pior colocação, por assim dizer, aparece na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) com nenhuma mulher no departamento de Filosofia. Em função disso, a autora aponta que “não é possível olhar para a história da filosofia e escolher ignorar a ausência das mulheres” (COSTA, p. 17).

Já na sequência do livro, Marta busca estabelecer uma relação direta entre patriarcado, violência e injustiça. Ela assim procede apontando que “a representação da sociedade brasileira marcada por uma lógica de violência contra a mulher assentada num modelo patriarcal” exige que tenhamos um compromisso verdadeiro com a democracia, o que, para tanto, é preciso que haja a superação de todas as lógicas de “dominação e opressão” (COSTA, p. 25). Com o desenrolar do capítulo, percebemos que a democracia ainda não se concretizou em nossa sociedade, e que nós temos o dever de continuar a lutar por ela, visto que, ao lutarmos por ela estamos lutando por nós mesmas (como mulheres).

O ensaio “*Critica a uma concepção materialista da história? Ou breve ensaio sobre a liberdade*”, foi dividido pela autora em três tópicos: *Primeiro olhar – O mundo do trabalho; Segundo olhar – O eu e o outro; Terceiro olhar – o nós*. No decorrer desse texto, a autora busca a resposta para o que é a humanidade, pensando as relações entre sujeito, dignidade, democracia, liberdade e humanidade, conceitos desenvolvidos por ela ao longo do escrito.

Para começar, Marta Nunes da Costa resgata a passagem de Engels que reitera o materialismo histórico de Marx, ao afirmar que “*a historia define-se e desenrola-se no movimento perpetuo dos seres humanos e da dialética criada entre os modos de produção e reprodução de vida*”. Para ela, porém, é necessário incluir diante disso uma perspectiva capaz de nos oferecer condições para pensarmos a nossa situação real visando, é claro, possibilidades de se produzir um futuro desejado. Para Nunes Costa, a produção e a reprodução não nos dizem nada a respeito do que é a humanidade, já que esta não é algo físico, mas sim o que nos torna humanos. A autora investiga ainda o que podemos então compreender por humanidade. Ela inicia, então, com a concepção comum de que ser humano é aquele que tem dignidade, e, que segundo Kant, dignidade é aquilo que não tem preço.

Desde a obra de Marx e Engels, concebemos um ideal de sociedade imaginário, democrático, igualitário e livre; porém estes conceitos permanecem obscuros e distorcidos na realidade, pois o sistema que vivenciamos hoje, capitalista por definição, afirma constantemente práticas de desigualdade, de dominação e, principalmente, de restrição da liberdade. Dentro dele, nos tornamos escravos, quer dizer, somos mercadorias já que trocamos nossas horas de vida por salários em prol de uma necessidade ilusória, perversamente implantada.

A partir disso, a professora Nunes Costa traça uma análise sobre seu *Primeiro olhar – O mundo do trabalho*. Analisando como o sistema capitalista é um mundo de

mercadorias, onde tudo e todos possuem um valor, a autora coloca, em contradição, dois pensadores: Kant e Rousseau. O conceito kantiano de dignidade está estritamente ligado ao conceito de liberdade. A liberdade é sempre uma ação, capaz, portanto, de pensar o impensável. Nesse sentido, a autora toma a liberdade como um ato de resistência ao mundo posto para nós. Também para Rousseau, a liberdade não se limita e não se deixa limitar. Se nos mantermos fieis às ideias de Kant e Rousseau, estamos à frente de um grande paradigma, pois já que a liberdade é irreduzível tornando-se o pressuposto da dignidade, dignidade essa que não possui valor e não pode ser trocada, toda a teoria é aniquilada pelo modo de produção capitalista. Isso porque nossas relações sociais são mediadas pelas coisas ao ponto inclusive de tratarmos os outros como coisas e, vice-versa. Ora, tal resultado implica justamente o oposto do que Kant propõe no seu projeto moral, qual seja, o princípio irrevogável de que devemos tratar tudo e todos como fins em si mesmos e não como meios.

Para Marta Nunes, o capitalismo nos coloca um ideal falso de liberdade, conforme Rousseau já demonstrou uma vez que somos livres para consumir mercadorias supérfluas ao vender nossa própria liberdade. Dentro deste sistema, até mesmo nossa capacidade de imaginar novas alternativas é restrita. Por isso, para a autora, a liberdade deve ser criadora e prática. É a partir da liberdade que devemos repensar o conceito de trabalho a fim de que este não nos escravize, mas nos emancipe. O trabalho se torna não mais como essência da nossa sobrevivência, mas como a prática mesma de nossa própria liberdade, uma vez que ele se enuncia como a expressão máxima da autonomia, isto é, a prática da liberdade.

Como, portanto, a prática da liberdade se relaciona com o 'Outro'? É o que a autora busca esclarecer no *Segundo olhar – O eu e o outro*. Marta coloca a liberdade como uma relação vivenciada a dois, ou seja, a liberdade jamais é solitária, já que é desde essa relação que nasce o conceito do 'eu' e do 'outro'; relação essa de reciprocidade e igualdade. Pois bem: a humanidade nasce justamente dessa relação de iguais. Os iguais se reconhecem como iguais por uma vontade de ser aquilo que desejam ser e não por aquilo que são. A dignidade nasce desta própria vontade, liberdade de ser mais do que aquilo que é posto para nós. Para a concretização de tais vontades, é preciso, no entanto, algumas condições que permitam isso. Aos olhos de Nunes Costa, esta condição seria a própria democracia, uma vez que esta, como modo de vida, é o que garantiria a liberdade e a igualdade.

A democracia é o espaço do possível. Isso significa que aqui tudo pode vislumbrar um horizonte de possibilidades sempre aberto e jamais restrito. Aqui, ainda, os 'outros' e os 'eus' tornam-se iguais por uma relação de reciprocidade. O 'outro' na democracia também é livre e pode viver para além da sua sobrevivência. Sob esse prisma, a democracia, tal como a humanidade, não é algo físico, mas sim a expressão das próprias relações democráticas. Quando, porém, não há esse

reconhecimento de reciprocidade e igualdade, nasce o problema de oposição dos ‘eus’ aos ‘outros’. Julga-se, a partir daí, uma existência diferente em que os ‘eus’ permanecem fechados em si aniquilando a possibilidade de liberdade e não mantendo uma relação dialética com os ‘outros’. Ora, esta é uma das maiores ameaças à democracia: o que deveria ser um processo igualitário, de reconhecimento de iguais é tomado pelo desejo de aniquilamento dos ‘outros’, revelando uma natureza humana má e solitária. Isto posto, como, afinal, podemos diante disso nos tornar humanos? É o que a autora busca esclarecer no próximo tópico *Terceiro olhar – o nós*.

Chegado a esse ponto, Marta identifica que a liberdade nasce na individualidade, mas é vivenciada em um coletivo. Por outra parte, para termos condições de que a liberdade realmente aconteça, precisamos transformar o ‘eu’ em ‘nós’. Ocorre que, nos últimos anos, presenciamos movimentos que lutam pela igualdade e reciprocidade, embora quase sempre com uma luta fragmentada na qual todos buscam o mesmo ideal, que é ser reconhecido como iguais e livres. De todo modo, mesmo assim, a luta se mantém dividida.

Nunes da Costa cita um exemplo concreto disso: o movimento feminista que busca pela igualdade de homens e mulheres. Trata-se, enfim, de uma igualdade suprimida pela relação de dominação do homem sobre a mulher. A autora faz então uma contextualização sobre as três ondas feministas que aconteceram no decorrer da história. Primeiramente, traçando o aparecimento das mulheres no mercado de trabalho no século XIX. Esse evento é marcado por dois pontos interessantes: a mulher como trabalhadora das fábricas, mas ainda dona de casa, desempenhando, dessa maneira, dois papéis. Desse contexto, em seguida, resulta a desigualdade salarial entre homens e mulheres. Já no começo do século XX, Nunes Costa ainda ressalta a luta feminista pelo direito ao voto e ao espaço feminino na política. Em 1960 e 1970, inicia-se a segunda onda feminista, agora pela luta dos direitos civis. A autora traz à tona Simone de Beauvoir como referencial de coragem e determinação ao publicar seu livro *O Segundo Sexo*. Já, a terceira onda inicia-se em 1990 e segue até hoje, onde, para a professora Marta Costa, o movimento feminista suspendeu a crítica ao sistema capitalista, que era uma das essenciais da primeira onda, por não compreender que a relação entre dominação do patriarcado e do capitalismo coexiste, acabando, dessa forma, por tornar a luta superficial.

Por isso, nota Nunes Costa, é necessário também recuperar as origens da luta feminista, sobretudo como um confronto ao patriarcado, mas também ao sistema capitalista. A autora ressalta a importância dos homens na luta feminista, pois, a liberdade só se conquista em um espaço entre iguais. É que, na lógica do patriarcado, o homem é tão escravo quanto a mulher. Nessa perspectiva, a igualdade assegura a possibilidade de liberdade, constituindo um mundo de ‘nós’ e não de ‘eus’. Só assim teremos a possibilidade de nos tornar “humanos”.

No ensaio intitulado “A revolução somos nós, mulheres”, Marta nos oferece um panorama interessante sobre a possibilidade do futuro – de todos nós – pautado na força do agente feminino. Isso só se torna possível na medida em que também se faz necessária a reconceitualização do conceito de liberdade. A partir da leitura sobre revolução em Arendt, a autora resgata as ideias de “liberdade” e de “novo início” a fim de embasar sua tese de revolução no feminino. Arendt afeiçoa-se à concepção de liberdade afirmativa, que é criadora e está indissolúvelmente ligada à atividade política. Isso implica uma participação na esfera pública. Dessa maneira, a liberdade não é apenas um ideal longínquo, mas sim uma prática efetiva. A revolução, por sua vez, é a mudança drástica que possibilita o espaço para a esfera da liberdade. Fato é que a ideia de revolução é moderna: no início da modernidade, ela significava exatamente o oposto do que hoje significa para nós. Antes era concebida como uma espécie de movimento de retorno a uma ordem predeterminada, de modo que essa designação soava contraditória à ideia de liberdade hoje implicando uma ruptura geral para com a ordem antiga.

É nesse contexto mais amplo que a relação entre revolução e mulheres é pesquisa significativa para Marta haja vista de estarmos aptos a entender o potencial revolucionário da mulher hoje. Para tanto, ela se reporta à Revolução Russa de 1917 como uma mudança de paradigma crucial para a ótica da mulher em sua definição ontológica e política – na qual promessas de uma nova ordem giram em torno da possibilidade de auto definição da mulher sem, no entanto, que outro sujeito seja seu proprietário. A mulher passou a ser detentora de sua própria vida.

Parece, todavia, que a promessa ficou ofuscada. Não foram criadas condições reais para que a mulher criasse seu próprio destino de modo que os avanços conquistados ficaram apenas como avanços, ou seja, estariam longe de alcançar o patamar visado. Marta tanto quanto Arendt admitem que não vivemos hoje em um contexto revolucionário, mas em um contexto que é determinado por um discurso de direitos e, como visto, a revolução só pode ocorrer através da liberdade para além, é claro, da ideologia neoliberal capitalista. E quem estaria apto para uma tal revolução seriam as mulheres, por terem, diferentemente de outras classes de agentes, um potencial absurdo de se constituírem como classe universal.

É verdade também que a história do movimento feminista tem levado a críticas interessantes quando vemos, p. ex., que a crítica não se restringe somente ao patriarcado, mas também sobre o próprio movimento feminista. Isso se dá porque pensamos na luta feminista, a todo tempo e ingenuamente, como uma luta por igualdade, quando a luta deveria ser pensada majoritariamente como luta pela liberdade. Se a liberdade é tida como a busca por igualdade, e o erro continua a persistir, é justamente porque esta busca está ancorada ainda na lógica patriarcal e capitalista. Trata-se, sem dúvida, de uma lógica de dominação; daí a necessidade de reconstruir o conceito de liberdade. Escreve Nunes Costa (2017, p. 71): “A liberdade é

uma categoria política e ética na medida em que requer pluralidade e aparência no mundo que nós mesmos construímos não enquanto ‘eus’, mas enquanto ‘nós’”.

Erramos se pensamos como iguais. O que há, de outro modo, é uma possibilidade de tornarmo-nos iguais – mediante as condições dispostas como a de nosso querer. De um outro ângulo, escolhermos tornarmo-nos iguais. Essa é a escolha de nos tornarmos humanos. O espaço para a igualdade é, em Arendt, o espaço político quando aparecemos. A nossa igualdade predispõe o aparecer para os outros. Para um futuro mais justo e igualitário, Marta apresenta dois momentos que afirma como imprescindíveis: o primeiro, em que questionemos e critiquemos o modelo em que estamos inseridos – o neoliberal, pseudodemocrático e capitalista, e o segundo, em que procuremos construir juntos um novo mundo subvertendo o que esperam de nós, recusando a lógica do mercado. Nessa medida, “a única forma de superar o liberalismo é lutar por uma democracia radical onde as mulheres ocupam lugar central e estratégico” (COSTA, 2017, p. 73).

No ensaio “Em busca das virtudes perdidas?”, nossa autora passa a refletir sobre a validade da razão, paixão e utopia dentro do papel democrático. A democracia, nota ela, parece ser sempre questionável por ter um caráter utópico. Dessa forma, Costa prefere ficar com a designação de democracia que se afirme como modo de vida no sentido de que esta não seja necessária, mas sim, possível. Na medida em que a democracia começa com uma escolha humana, a responsabilidade pessoal tem grande peso para qualquer projeto democrático. Afinal, como a razão pode prevalecer sobre as paixões tendo em vista um projeto realizado em máximo potencial?

Nunes Costa reconhece que a paixão não pode ser deixada de lado quando se trata de pensar a construção e a possibilidade de um mundo melhor. Não se pode deixar de perceber o mundo vivido por todos; caso contrário, tornamo-nos fragmentados. É que o perigo da alienação não assenta somente na perda da liberdade, mas também e, pior, na necessidade. Nota ela: “A necessidade retira a possibilidade da imaginação, da criação, da resistência e ruptura que tão bem caracterizam o impulso democrático” (COSTA, 2017, p. 79). Em uma assimilação muito cruel, toda essa conjuntura recai sobre a brutalidade do pensamento de que vivemos apenas para morrer, em uma perspectiva moral de democracia que, mais do que nunca, ocorre violando o ser humano em muitas esferas.

Dessa maneira, para conseguirmos alcançar a construção de um mundo comum, devemos criar uma fundação para este mundo que assente não apenas na formação conceitual, mas na experiência de modo que o critério que define uma experiência humana deve ser reavaliado em seu valor. A tarefa necessária assenta na crítica que, vinda do sentimento de inconformidade, se mostra como permanente luta com finalidade de atribuir sentido moral ao mundo. Afinal, devemos conformar-nos, avalia Marta, no sentido de não abdicar do fundamento requerido,

mesmo que ele seja reformulado na auto fundamentação. A consciência moral deve existir se quisermos alguma liberdade; sem ela, corremos o risco de nos tornarmos *ninguéns*.

Nunes Costa ainda questiona se haveria uma esperança possível para o quadro geral se a maioria de nós estiver naturalmente impelida em abdicar de sua responsabilidade pessoal ou de sua consciência moral. Ela enfatiza, em função disso, a importância do conhecer-se a si mesmo para sair da linha de risco, isto é, o ousar saber, para sair da submissão. O que faz do projeto democrático algo tão crítico parece ser a tensão entre razão e paixão, de um lado, e moral e política, de outro. Dessa maneira, a democracia parece manter-se apenas como uma utopia no sentido de um projeto irrealizável. O que Costa propõe é a crítica e revisão sempre atualizadas de nossas crenças, conjuntamente à criação de novas estratégias que nos permitam transformarmo-nos em seres Humanos, isto é, “em pessoas dignas, iguais e responsáveis” (COSTA, 2017, p. 90). Só assim é que se supera toda ideologia de massa em que se assiste multidões incontroláveis movidas por certa inconsciência moral, repletas de *ninguéns*.

Submissão: 25. 06. 2018 / Aceite: 28. 06. 2018.